



Encontro Internacional  
de Produção Científica  
24 a 26 de outubro de 2017

ISBN 978-85-459-0773-2

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA

*Luciene Maria Pires Pereira<sup>1</sup>, Augusto João Moretti Junior<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá. Especialista em História Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -UNESP/FCL de Assis-SP. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Docente no curso de Licenciatura em História da Unicesumar. Membro do Grupo de Apoio à Pesquisa e Docência em História da Unicesumar (GRPDH). E-mail: [luciene.pereira@unicesumar.edu.br](mailto:luciene.pereira@unicesumar.edu.br)

<sup>2</sup>Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do curso de Licenciatura em História da Unicesumar nas disciplinas de História Contemporânea e História das Religiões. Docente da Faculdade Santa Maria da Glória de Maringá nas disciplinas de História Contemporânea e História Medieval. Membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEM). E-mail: [augusto.junior@unicesumar.edu.br](mailto:augusto.junior@unicesumar.edu.br)

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão, ainda que inicial, acerca do conceito de cultura e da metodologia da História Cultural. Por meio de uma revisão bibliográfica, apresentamos alguns conceitos e ideias básicas para aqueles que iniciarão os seus estudos sobre a cultura na História. Em um primeiro momento, realizamos uma análise da criação e da transformação do conceito de cultura ao longo da História, partindo dos gregos até a contemporaneidade, baseado em autores como Terry Eagleton, Roque de Barros Laraia e Zygmunt Bauman. Propomos em seguida duas reflexões, a primeira em relação ao conceito de cultura popular. A segunda analisa as principais características da História Cultural como método histórico e a sua contribuição para o estudo de temas que antes ficavam a margem dos estudos históricos, a sua contribuição para um aumento das investigações e a formação de uma História mais plural. Proporcionamos assim, considerações, a nosso ver, elementares para o início dos estudos no âmbito da História Cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura; Cultura Popular; História Cultural.

## 1 INTRODUÇÃO

Compreender o conceito de cultura não é tarefa simples, uma vez que se trata de um conceito abstrato e que permite várias interpretações, interpretações estas que vão muito além do que comumente encontramos nos dicionários linguísticos. Por essa razão, identificar autores que se dedicaram ao estudo deste conceito e que nos permitem ampliar nossos horizontes interpretativos é de fundamental importância para aqueles que buscam ampliar seus conhecimentos nesse sentido.

O conceito de cultura perpassa diversos contextos históricos, dentro dos quais adquire características que permitem adaptá-lo a fim de que seja capaz de expressar a realidade da sociedade em determinado momento histórico. Identificando os contextos e conjunturas que permearam a construção e evolução do conceito de Cultura, é possível analisar as sociedades, evidenciando o que entendemos por cultura popular e de que maneira essa relaciona-se com as análises de uma sociedade ou civilização. Assim, será possível relacionar o conceito de cultura e cultura popular com a evolução da chamada História Cultural, uma corrente historiográfica que, grosso modo, possibilita o estudo das sociedades em todos os seus aspectos, além de permitir uma análise mais ampla e aprofundada dos seus elementos a partir do estudo da sua realidade cultural.

Conforme bem destaca Terry Eagleton (1943), cultura é um dos termos mais complexos de se entender. De acordo com este autor, cultura relacionava-se com natureza, ou seja, a palavra “para a mais nobre das atividades humanas, assim, é derivada de trabalho e agricultura, colheita e cultivo” (EAGLETON, 2005, p. 9). Nessa perspectiva, a palavra cultura era entendida como trabalho ou ainda, uma atividade, somente mais tarde lhe foi agregado um sentido voltado para o intelectual ou social.

Nesse sentido,

“Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões de espírito. A palavra, assim, mapeia em seu



Encontro Internacional  
de Produção Científica  
24 a 26 de outubro de 2017

ISBN 978-85-459-0773-2

desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo. No linguajar marxista, ela reúne em uma única noção tanto a base como a superestrutura (EAGLETON, 2005, p. 10).

Essa compreensão de que o termo cultura associa-se às transformações nas sociedades foi criticada pelo autor, uma vez que nos induz a pensar que as civilizações e sociedades agrárias não possuíam uma cultura própria, não sendo possível, dessa maneira, compreendê-las culturalmente uma vez que não eram capazes de evoluir em um sentido mais culto ou intelectual.

Eagleton (2005) segue sua análise acerca do conceito de cultura destacando o papel do termo enquanto decodificador de questões filosóficas fundamentais que relacionam-se com os elementos de liberdade e determinismo dos indivíduos e das sociedades. Nesse sentido, cultura pode ser relacionada como um processo de associações entre o indivíduo e a realidade na qual está inserido, isto é, uma relação entre “o fazer e o sofrer”, entre “mudança e identidade” e entre o “dado e o criado” (EAGLETON, 2005, p. 11).

Em uma análise mais ampla, podemos entender a compreensão do conceito de cultura por Eagleton como um processo que envolve uma “dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos e o que o mundo nos faz” (2005, p. 11); um conceito que sugere um autoconhecimento e uma constante evolução, sendo que o que é cultural em um indivíduo ou sociedade passa por um crescimento espontâneo e pode ser alterado, levando-se em consideração que esse processo envolve seguir determinadas regras, mesmo que estas regras sejam tão abstratas quanto o próprio conceito de cultura.

Assim como Eagleton, Roque de Barros Laraia (2009) também discutiu as origens e aplicabilidades do conceito de cultura, embora por uma perspectiva antropológica e sem deixar de lado também a relação do conceito com a natureza, também presente nas análises de Eagleton. Para Laraia (2009), a compreensão do conceito de cultura é imprescindível para o conhecimento e compreensão entendimento do paradoxo que envolve a diversidade humana na atualidade.

Laraia inicia sua análise derrubando a ideia, baseada no senso comum, de que a cultura de um indivíduo está associada a um determinismo biológico. Por essa teoria, as relações com o meio pouco ou quase nada interferiam no processo comportamental dos indivíduos. No entanto, para o autor, esta ideia não é válida, na medida em que o desenvolvimento da cultura de um indivíduo e até mesmo de uma sociedade depende de um aprendizado, ou seja, é nas suas relações e interações com o meio que o comportamento dos indivíduos é formado, processo este que o autor chamou de endoculturação (LARAIA, 2009, p. 19-20). De acordo com os estudos do autor, o conceito de cultura, tal como entendido na época em que escreve, foi elaborado por Edward Taylor (1832-1917) e sintetizava os significados dos conceitos *Kultur* e *Civilization*. Dessa síntese nasceu o conceito de *Culture* que representa o espectro que envolve hábitos, crenças costumes e leis que compõem um indivíduo ou uma sociedade (LARAIA, 2009, p. 25).

Portanto, a ideia que temos atualmente do conceito de cultura ganhou força no século XIX a partir da condensação das teorias e termos elaborados e desenvolvidos ao longo da existência humana. Essa ideia e o conceito que dela auferiu, refletia todos os aspectos que envolvem e caracterizam um indivíduo ou sociedade.

Como é possível perceber, entender o que é cultura é tarefa mais difícil do que parece à primeira vista. Os autores até o momento apresentados basearam-se em discussões que envolveram aspectos da natureza e antropológicos, evidenciando a necessidade de um conhecimento muito mais amplo para se chegar a uma definição do termo, se é que isso é possível, na medida em que, como já afirmamos, trata-se de um conceito abstrato e que permite várias interpretações.





Zygmunt Bauman (2012) é outro autor que desenvolveu uma análise sobre o termo cultura, buscando entendê-lo por um viés sociológico. Para este autor, cultura “era um aspecto da realidade social – um dos muitos ‘sobre sociais’ que deviam ser adequadamente apreendidos, descritos e representados” (BAUMAN, 2012, p. 11). As análises do sociólogo apontam para a existência de uma ambivalência em relação ao conceito de cultura, ambivalência esta que permite um exercício criativo e de liberdade, uma liberdade que atua na limitação de escolhas infinitas, num “padrão finito, compreensível e administrável” (BAUMAN, 2012, p. 17). Nesse contexto, o conceito de cultura não foi capaz de responder às inquietações das sociedades, uma vez que o próprio conceito trazia em si uma ambiguidade que se não limitava, ao menos comprometia sua atuação.

A ambivalência presente no conceito de cultura, para este autor, não deve ser totalmente ignorada ou esvaziada. Ao contrário, sua existência que permitiu a construção do conceito de cultura dentro de aspectos que primam pela reflexão. Segundo o autor,

A ambiguidade que importa, a ambivalência produtora de sentido, o alicerce genuíno sobre o qual se assenta a utilidade cognitiva de conceber o hábitat humano como o “mundo da cultura”, é entre “criatividade” e “regulação normativa”. As duas ideias não poderiam ser mais distintas, mas ambas estão presentes – e devem continuar – na ideia compósita de “cultura”, que significa tanto inventar quanto preservar; descontinuidade e prosseguimento; novidade e tradição; rotina e quebra de padrões; seguir as normas e transcende-las; o ímpar e o regular; a mudança e a monotonia de reprodução; o inesperado e o previsível (BAUMAN, 2012, p. 18).

Em síntese, para o autor, essa ambiguidade que permeia a construção do conceito de cultura é reflexo da ambiguidade que está presente no próprio indivíduo e na própria sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que o homem precisa de liberdade para fazer suas próprias escolhas, essa liberdade é limitada pelo seu próprio poder de alcance. Nesse sentido, a liberdade age “a serviço de sua própria anulação” (BAUMAN, 2012, p. 19).

No processo de construção do seu entendimento diante do conceito de cultura, Bauman apresenta três elementos que o compõem e que auxiliam na compreensão das bases epistemológicas do que seria então cultura. Diante disso, para chegar ao significado de cultura seria necessário entender o termo enquanto conceito, enquanto estrutura e enquanto práxis.

Como vimos, cultura é um conceito abstrato, sendo difícil encontrar um consenso entre os estudiosos das mais diversas áreas e que utilizam o conceito para direcionar ou embasar seus estudos e análises. Por essa razão, a compreensão do termo relaciona-se com as práticas e concepções de cada indivíduo, elementos estes que fornecem as bases epistemológicas para o entendimento do que vem a ser cultura.

## 2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE CULTURA

A ideia de cultura enquanto uma atividade agrícola, associada à natureza evoluiu e passou a ser interpretada como um processo de autoconhecimento do indivíduo, processo este que percorre o caminho da (re)construção do seu interior, mantendo a associação com a ideia de cultivar, ou seja, de cultivar a si próprio, buscando uma evolução.

Os gregos antigos utilizaram-se do conceito de cultura como o processo de através do qual o indivíduo por meio do aprendizado e da assimilação de conhecimentos e valores, permitia uma transformação de suas qualidades pessoais, tornando-se culto (PIRES, 2004, p. 6). Nesse sentido, a cultura estava relacionada à aquisição e assimilação de conhecimentos, isto é, à evolução do indivíduo intelectualmente.

No período medieval, encontramos a associação entre cultura e natureza, estando a primeira voltada para as atividades que envolviam o uso da terra, controlada pelos homens e símbolo da



Encontro Internacional  
de Produção Científica  
24 a 26 de outubro de 2017

ISBN 978-85-459-0773-2

sociedade daquele período. Nesse momento histórico, o contato entre europeus e indivíduos oriundos de outros espaços para além dos limites do antigo Império Romano e do Ocidente, deu margem ao embate entre povos de diferentes nações e nacionalidades, suscitando o debate acerca do “ter cultura” e do “não ter cultura”. Nesse período, os povos que não pertenciam ao território que correspondia aos limites do Ocidente foram considerados sem cultura.

Ironicamente, entre o final da Antiguidade Clássica e o início da Idade Média, os povos que viviam fora das fronteiras do Império Romano eram chamados de “bárbaros”, termo cujo sentido derivava das diferenças de crenças e costumes entre estes e os romanos. A ironia está no fato de que a Idade Média foi o resultado da fusão de elementos daqueles considerado “bárbaros” com os elementos romanos, criando as bases do chamado Sacro Império Romano Germânico e da sociedade feudal europeia ocidental.

Como é possível observar, o próprio entendimento do conjunto material e imaterial que forma uma sociedade pode ser modificado dentro de um mesmo contexto histórico, como aconteceu no período de mil anos que correspondem à Idade Média.

Com o advento do período moderno, cultura esteve ligada à ideia de “sabedoria olímpica ou arma ideológica, uma forma isolada de crítica social ou um processo profundamente comprometido com o *status quo*” (EAGLETON, 2005, p. 19). O que observamos então na Idade Moderna é uma forma muito próxima da compreensão de cultura com uma identificação social, proximidade esta que ainda é possível observar ao analisarmos opiniões e ideias resultantes de um senso comum.

O advento do século XVII e do Iluminismo trouxe para o centro dos debates uma nova interpretação do conceito de cultura, agora entendida como um indicativo da “predisposição humana para assimilar o conhecimento coletivo” (PIRES, 2004, p. 6). Os iluministas lutaram pelo direito dos indivíduos ao acesso dos meios e recursos necessários para a ampliação do conhecimento. Uma sociedade formada a partir do conhecimento científico seria o caminho para o desenvolvimento e progresso, interrompidos – segundo eles – durante a Idade Média, a “idade das trevas”.

No século XVIII o conceito de cultura foi associado ao conceito de civilização, sendo que a compreensão de um perpassava o conhecimento do outro. Nesse sentido, o termo cultura (*Kultur*) era utilizado para designar os “aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo” (LARAIA, 2009, p. 14). Laura Pires (2004) destaca que foi nesse período que, embora os dois conceitos coexistissem, havia uma divisão em relação aos indivíduos a que cada um designava. De acordo com a autora, civilização designava a vida da corte, sua etiqueta e refinamento, enquanto cultura era empregada para representar a burguesia e os intelectuais, rompendo com o conceito de “Unidade Cultural”.

No século XIX, o inglês Edward Tylor definiu cultura como “todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética” (LARAIA, 2009, p. 28). Tylor é considerado o inaugurador da Antropologia e sua descrição do conceito de cultura traduz-se na representação do homem em suas relações sociais, levando-se em consideração a totalidade dessa vivência.

A definição elaborada por Tylor é que mais se aproxima do que comumente entendemos hoje por cultura, sendo adotada e ampliada por diversos nomes importantes das ciências humanas ao longo dos séculos XIX e XX como, por exemplo, Franz Boas, Émile Durkheim, Clifford Geertz, Theodor Adorno, Michel Foucault e Jürgen Habermas.

É interessante destacar que as transformações e experiências históricas vividas pelos homens e pelas sociedades contribuem para que o conceito de cultura seja, de tempos em tempos, revisitado, reformulado e reinterpretado. Por essa razão, podemos compreender o discurso daqueles que defendem que cultura é uma forma de expressar e/ou representar as vivências e experiências de um povo ao longo de sua construção histórica.





### 3 CULTURA POPULAR

Ao analisarmos – ou à menor pretensão de analisarmos – os elementos culturais de um povo, somos levados a refletir acerca da chamada cultura popular, um outro conceito tão complexo quanto o próprio conceito de cultura e que, assim como este, ganhou, ao longo da história, uma série de definições e significações na tentativa dos estudiosos do tema em explicar o que é e o que representa a cultura popular.

O senso comum habituou-se a utilizar o termo para referir-se a algo – objetos, costumes, valores – que corresponde aos indivíduos que não pertencem à “elite” de uma sociedade. Desse modo, cultura popular é comumente associada aos hábitos das camadas mais baixas das sociedades, um entendimento tão enraizado que dificilmente encontramos alguém – exceto os estudiosos do tema – que discordem dessa interpretação do que vem a ser a chamada cultura popular.

Roger Chartier (1995), em suas análises, faz uma crítica a essa concepção do conceito de cultura popular. De acordo com o autor,

A cultura popular é uma categoria erudita. Por que enunciar, no começo de uma conferência, tão abrupta afirmação? Ela pretende somente lembrar que os debates em torno da própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus autores como pertencendo à “cultura popular”. [...].

Assumindo o risco de simplificar ao extremo, é possível reduzir as inúmeras definições de cultura popular a dois grandes modelos de descrição e interpretação. O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irreductível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existências das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos então, de um lado, uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrada em si mesmo, independente, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada (CHARTIER, 1995, p. 179-180).

Dessa maneira, para o autor, a existência de modelos explicativos que colocam a cultura popular como algo desvinculado dos interesses, hábitos e costumes da cultura erudita – associada à elite – atribuem um sentido pejorativo ao conceito e que demonstra uma diferenciação das sociedades entre um grupo dominante e um grupo dominado, sendo este inferior em relação ao primeiro e, portanto, a quem correspondem as representações da cultura popular. Evidencia-se assim, as desigualdades sociais presentes no mundo contemporâneo, colocando de maneira negativa a “cultura” dos dominados.

Mas se cultura popular não deve ser entendida como algo pejorativo quando associado às massas, de que maneira esse conceito pode ser concebido?

Peter Burke (2005), no final da década de 1970, demonstrou em seus estudos os perigos de se trabalhar com o conceito de cultura popular e de enfatizar a dicotomia entre cultura popular e cultura erudita. O autor entende que o fato do termo ser associado às camadas populares não é o problema. O problema está no fato de a cultura popular – entendida como as práticas, costumes e crenças das camadas populares – ser vista como algo desvinculada, alheia, oposta ou ainda inferior à cultura erudita. Burke defendia que mesmo havendo uma cultura popular e uma cultura erudita, os



Encontro Internacional  
de Produção Científica  
24 a 26 de outubro de 2017

ISBN 978-85-459-0773-2

indivíduos misturavam-se nas práticas e costumes populares, sendo possível encontrar a participação da chamada elite em elementos normalmente atribuídos à cultura popular.

Diante disso, a análise do autor caminha no sentido de encontrar elementos que apontem para uma interação entre os “dominantes” e “dominados” que corresponde e contribui para a compreensão da cultura popular.

#### 4 CULTURA E HISTÓRIA CULTURAL

Um dos mais importantes teóricos da História Cultural é o francês Roger Chartier, que em *A história cultural: entre práticas e representações* (2002), obra que reúne oito ensaios produzidos entre 1982 e 1986 e que abordam a insatisfação em relação a história cultural francesa entre as décadas de 1960 e 1970, afirma que

A história cultural, tal como a entendemos tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Nesse sentido, para este autor, as camadas sociais devem ser distinguidas no âmbito da produção e do consumo cultural, rejeitando-se as diferenciações baseadas apenas em aspectos econômicos que enfatizam as características sociais de uma sociedade. Para o autor, as análises e concepções inerentes ao social devem estar associadas aos elementos característicos da cultura dessa sociedade, atentando-se para os usos e aplicações desses elementos no processo evolutivo.

A definição de História Cultural e seu uso como fundamentação teórica para os estudos de acordo com Chartier (2002) demandam a apreensão dos conceitos de representação, prática e apropriação, indispensáveis para o trabalho do historiador e a análise histórica.

O conceito de representação, na concepção de Chartier (2002), apresenta-se como a base dos estudos historiográficos e permite ao historiador da cultura conceber e analisar seu objeto de estudo à luz do que não está evidente à primeira vista, entendendo que a realidade é construída por diferentes grupos e permeada pelos interesses desses grupos. De acordo com o autor,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade e um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 2002, p. 17).





Encontro Internacional  
de Produção Científica  
24 a 26 de outubro de 2017

ISBN 978-85-459-0773-2

O conceito de prática elaborado por Chartier (2002, p. 25) corresponde às práticas culturais, que caracterizam-se por sua historicidade e pelas variáveis sociais e podem ser entendidas como o meio pelo qual é produzido um sentido e construída uma significação. Em outras palavras, a *prática cultural* relaciona-se com a maneira pela qual o leitor apropria-se do conhecimento produzido e o incorpora à sua realidade, considerando-se que essa prática varia de acordo com as influências internas e externas ao seu meio. Para o autor,

Tal tarefa cruza-se, de maneira bastante evidente, com a da hermenêutica, quando se esforça por compreender como é que um texto pode aplicar-se à situação do leitor, por outras palavras, como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria existência. No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria de leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 2002, p. 24).

Conforme é possível observar, o conceito de prática cultural aproxima-se do conceito de *apropriação* elaborado pelo autor, uma vez que Chartier (2002, p. 26) entende que a apropriação “tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”.

Chartier estabeleceu uma definição de História Cultural fundamentada em três conceitos que permitem ao historiador desenvolver seus estudos baseados na concepção de que essa corrente historiográfica possibilita uma ponte entre o conhecimento produzido e sua apropriação pela sociedade, uma vez que a História Cultural, entendida dessa maneira, configura um método de análise consoante com a realidade na qual o objeto de estudo está inserido.

Ronaldo Vainfas (apud CARDOSO, 1997) ao discutir o conceito de História Cultural, destaca que esta caracteriza-se, em primeiro lugar, pela “sua rejeição ao conceito de mentalidades, considerado excessivamente vago, ambíguo e impreciso quanto às relações entre o mental e o todo social” (p. 148), o que significa dizer que os historiadores pertencentes a essa corrente historiográfica procuram estabelecer uma conexão entre os temas abrangidos pela antiga história das mentalidades, como os sentimentos, os costumes e as crenças, com o contexto no qual estão inseridos. Em outras palavras, não recusam a micro-história, desde que ela esteja conectada com a macro-história.

Uma segunda característica da História Cultural, ainda de acordo com a análise de Vainfas, diz respeito à chamada Nova História Cultural, a qual se diferenciava da primeira na medida em que toma as manifestações das massas anônimas – como festas, as resistências e as crenças heterodoxas – como objetos de estudos, ao contrário da História Cultural, mais próxima das manifestações oficiais, ou ainda, das manifestações da elite de uma sociedade (VAINFAS apud CARDOSO, 1997, p. 148-149).

A terceira característica apresentada por Vainfas (apud CARDOSO, 1997, p. 149) relaciona-se com a preocupação da História Cultural em “resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo conflito social, característica que sem dúvida a distingue da história das mentalidades (...)”. A quarta e última característica da chamada História Cultural apresentada pelo autor chama atenção para o fato de que trata-se de uma história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica, do que resulta, muitas vezes, uma série de desacertos e incongruências igualmente presentes na corrente anterior (VAINFAS apud CARDOSO, 1997, p. 149).

A definição de História Cultural apresentada por Ronaldo Vainfas (VAINFAS apud CARDOSO, 1997) vai ao encontro da afirmação de Peter Burke (2005) apresentada no início desta discussão.



Sendo assim, entendemos que a História Cultural proporciona aos historiadores um amplo leque de possibilidades de estudos e análises, as quais possibilitam a compreensão dos processos históricos, por meio da percepção e compreensão de seus símbolos, uma vez que, para Peter Burke (2005, p. 10), “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o símbolo e suas interpretações”.

## 5 CONCLUSÃO

Nossa intenção neste artigo foi refletir acerca de um conceito abstrato e, por esta razão, bastante controverso. Quando desenvolvemos nossas análises, ao longo de nossos estudos é imprescindível que conheçamos alguns conceitos e seus significados para que a construção de uma fundamentação teórica que ofereça uma base argumentativa plausível para nossos estudos.

Foi pensando nessa fundamentação teórica tão necessária aos estudos históricos que buscamos desenvolver uma discussão que permitisse a compreensão – ou que os permitisse ao menos um primeiro contato – do conceito de cultura, que, como vimos, tem sua definição influenciada pelas relações e interações entre o indivíduo e o meio.

É possível que ainda restem dúvidas acerca da discussão apresentada nesta unidade. No entanto, a intenção não era esgotar o assunto, uma vez que, conforme observamos ao longo do texto, trata-se de um debate que ressurge e adquire novos contornos à medida que a história avança e as sociedades evoluem.

Ao demonstrarmos ao longo da unidade as nuances que caracterizaram o conceito de cultura em diferentes autores e apresentarmos suas rupturas e permanências conceituais ao longo da história, buscamos a percepção de que, ao falarmos de cultura, falamos de algo que se transforma à medida que a própria existência do homem e da sociedade também se transformam.

Nesse sentido, o conceito de cultura não é um conceito que recebe uma definição e a mesma se perpetua. A compreensão do termo passa pela compreensão do homem e das suas relações em sociedade no contexto histórico no qual está inserido.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Portugal: Difel, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

PIRES, Laura Bittencourt. **Teorias da Cultura**. Lisboa: Universidade Católica, 2004.





**X**  
**EPCC**

Encontro Internacional  
de Produção Científica  
24 a 26 de outubro de 2017

ISBN 978-85-459-0773-2

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronando. (orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.